



---

## LEI MUNICIPAL 429/2019, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

**O PREFEITO DE SANTA FILOMENA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Santa Filomena para o exercício de 2020, compreendendo:

- I - as metas e prioridades, metas fiscais e riscos fiscais da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VII - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo;
- VIII - as disposições relativas à dívida pública do Município;
- IX - a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- X - as disposições sobre transparência fiscal; e
- XI - as disposições finais.

### CAPÍTULO I

#### AS METAS E PRIORIDADES, METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

#### Seção I

#### Das Prioridades e Metas



Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário constante desta Lei.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020, respeitadas as disposições constitucionais e legais, terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual de 2020, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:

I - aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica;

II - ampliação do acesso à educação básica, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com ampliação e requalificação da rede física, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais, expansão de programas de saúde na escola e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do Município;

III - garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano, expansão das intervenções em vias urbanas;

IV - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios espaços públicos e criação de uma rede municipal de prevenção social da violência;

V - estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, expansão dos programas de qualificação de jovens, ampliação das perspectivas de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

VI - melhoria do acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação;

VII - fortalecimento da política habitacional de interesse social, por meio da ampliação de programas habitacionais, com viabilização de novas moradias, reassentamentos, melhorias urbanísticas e ambientais;

VIII - aprimoramento do processo do Orçamento Participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;



IX - promoção da recuperação e preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição de cursos d'água, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da revitalização de espaços urbanos, garantia dos serviços de limpeza urbana e expansão dos serviços de coleta; garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, revitalização dos principais corredores viários e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação e das infraestruturas;

X - promoção, apoio e incentivo à formação cultural, ao acesso da população aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do Município, apoio às iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade, promoção de medidas de preservação dos marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;

Art. 4º As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2020 são as constantes do anexo I que integra esta Lei.

## **Seção II Das Metas Fiscais**

Art. 5º As Metas Fiscais, constantes do Anexo II que integra esta Lei, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2020 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos abaixo:

I - demonstrativo I - metas anuais

II - demonstrativo II – avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;

III - demonstrativo III – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - demonstrativo IV – evolução do patrimônio líquido;

V - demonstrativo V – origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

VI - demonstrativo VI – avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;

VII - demonstrativo VII - estimativa e compensação da renúncia de receita;

VIII - demonstrativo VIII - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º No Anexo de Metas Fiscais, os demonstrativos descritos nos inciso I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante



manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo 2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

### **Seção III Dos Riscos Fiscais**

Art. 7º Os Riscos Fiscais, constantes do Anexo III que integra esta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

## **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária do Município de Santa Filomena, relativo ao exercício de 2020, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas;



III - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º. Na Lei Orçamentária de 2020, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

§ 1º Os programas serão os seguintes:

- I - 1000 – Câmara Municipal;
- II - 1001 – Administração Pública com Excelência;
- III - 1002 – Santa Filomena Diferente e Mais Saudável;
- IV - 1003 – Santa Filomena Cidadã: Desenvolvimento Social;
- V - 1004 - Educação que faz a diferença;
- VI - 1005 - Difusão Cultural e Desenvolvimento Esportivo;
- VII -1006 – Santa Filomena Integrada;

§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I - Tesouro Livre - Administração Direta;
- II - Tesouro Livre - Administração Indireta;
- III - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Educação - MDE;
- IV - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Saúde;
- V - Vinculados por Lei;
- VI - Tesouro - Contrapartida;
- VII - Recursos Vinculados / Convênios e Contratos; e
- VIII - Operações de Crédito.

Art. 10 Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;



II - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;

III - órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

IV - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

V - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactua a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

VI - produto, bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

VII - unidade de medida, utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

VIII - meta física, quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o respectivo projeto, atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.





Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município e seus fundos, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Contabilidade Pública Integrado - SCPI.

Art.12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) e da Seguridade Social (S).

§ 2º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);
- V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e
- VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 15, será classificada no GND 9.

§ 4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa.

§ 5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§ 6º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas;



§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 7o observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);
- II - Transferências a Municípios (MA 40);
- III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);
- IV - Aplicações Diretas (MA 90); e
- V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação “a definir” (MA 99).

§ 9º. É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 13 Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1o Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2o As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1o, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 14. O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o dia cinco de outubro, a proposta Orçamentária Anual do Município de Santa Filomena/PE (LOA) para o exercício seguinte, e compor-se-á de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- III. Tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:





a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei no 4.320, de 1964; e

b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

V - Demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

VI - Relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados no mínimo por categoria econômica, pelo grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

VII - Anexo dispendo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

VIII - Anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei;

IX - Reserva de contingência, estabelecida na forma desta lei;

X - Demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública;

§ 1º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual conterá:

I. Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV. Demonstrativo do cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V. Justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta lei.

§ 2º Os quadros e tabelas da proposta orçamentária deverão ser encaminhados em suporte físico que permita o imediato processamento eletrônico dos dados, sem prejuízo da apresentação usual, devendo os Poderes Executivo e Legislativo prover os recursos necessários ao adequado processamento dessas informações.



§ 3º O Poder Executivo tornará disponíveis, por meio da Internet, cópia da proposta orçamentária, cópia da lei orçamentária e respectivos anexos, até 10 (dez) dias após sua publicação e relatório resumido da execução orçamentária até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 15. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5o da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2020 a, no mínimo, 1% (um por cento) e 0,5 (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, respectivamente, sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

### CAPÍTULO III DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

#### Seção I Diretrizes Gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1o O controle de custos de que trata o **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2o O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

§ 3o Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 4º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.



Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II - ações de caráter sigiloso;

III - ações que não sejam de competência do Município, nos termos da Constituição;

IV - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres;

V - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VI - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

VII - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;

VIII - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte ou atendimento de despesas com finalidade similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;

Art. 18. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2020 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequadas e suficientemente contemplados:

a) as despesas mencionadas no art. 4º; e

b) os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 59; e

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual 2019-2021.



§ 1º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2019, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos àqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 poderá considerar modificações constantes de projeto de lei do Plano Plurianual 2019-2021.

## **Seção II**

### **Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo**

Art. 20. A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, até 5 de setembro de 2019, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete inteiros por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2019.

§ 2º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

§ 3º A remuneração dos servidores do Poder Legislativo não deverá ultrapassar o subsídio do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 37, XI, da Constituição Federal.

I - Na fixação dessa remuneração, a Câmara deverá observar, simultaneamente, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, além dos percentuais incidentes sobre o somatório das receitas tributárias e das transferências efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas nos art. 153, §5º, 158 e 159 da Constituição Federal.

II - a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 6% da Receita Corrente Líquida do Município, conforme os art. 19 e 20 da LC 101/00.

III. Não será permitido à Câmara Municipal gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os subsídios dos vereadores e proventos de inativos, nos termos do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.



§ 4º A Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Parágrafo único - O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativo ao mês de janeiro de 2020, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2019, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2020, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.

### **Seção III Dos Débitos Judiciais**

Art. 21. O orçamento para o exercício de 2020 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2019, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2020, conforme determina a Constituição Federal.

§ 2º A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficiar aos Tribunais para conferir os registros.

§ 3º Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.

### **Seção IV Do Orçamento da Seguridade Social**

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social:



I - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal; e

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas e de fundos, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**.

§ 1º As receitas de que trata o inciso III do **caput** deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

## Seção VII Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 23. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;

III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;

V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei no 4.320, de 1964.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.





§ 4o As exposições de motivos às quais se refere o § 3o, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5o Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2020, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea “a” do inciso IV do **caput** do art. 14, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 6o Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2019, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2020;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2019, por fonte de recursos.

§ 7o Para fins do disposto no § 6o, será publicado, junto com o Relatório Resumido Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2020, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2019.

§ 8o No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6o deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 9o No texto da lei orçamentária para o exercício de 2020 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo cinquenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 10 Não se incluem no limite de suplementação previsto no § 9o as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.



§ 11 As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 12 Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual mínimo de cinquenta por cento, estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 24. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2020 serão submetidas ao Prefeito, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 4º do art. 23.

§1º Será através de Decreto a execução da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo cinquenta por cento do total da lei orçamentária para o exercício de 2020.

§2º Não se incluem no limite de suplementação definido em ato normativo do Poder Executivo as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamentos do sistema previdenciário;
- III – pagamento do serviço da dívida;
- IV – pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema municipal de Ensino;
- V – transferências de fundos ao Poder Legislativo.

Art. 25. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Parágrafo Único. Os grupos de natureza de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários durante o exercício, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 26. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2020.



Art. 27. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2020 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização da Câmara Municipal.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 15 de fevereiro de 2020, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 10, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa Gestão Pública.

### **Seção VIII** **Da Limitação Orçamentária e Financeira**

Art. 30. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem, conterão, em reais:

I - metas quadrimestrais para o superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2º;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria de Finanças do Município, as contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;



III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e, incluídos em demonstrativo à parte, os restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; e

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 31. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará mediante relatório, ao Poder Legislativo, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2020.

§ 2º Os Poderes do Município, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o **caput** ser divulgado na internet e encaminhado à Câmara Municipal.

## Seção IX

### Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2020 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária.

III—Pessoal e Encargos Sociais;

IV—Serviço da dívida; e

XII – despesas com apoio ao transporte escolar.



§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2020 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020 na Câmara Municipal e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2020, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do **caput** poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO IV  
AS DISPOSIÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS  
Seção I  
Das Transferências para o Setor Privado  
Subseção Única  
Das Subvenções Sociais

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art.16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único. A certificação de que trata o **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; ou

II - dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

a) atenção à saúde aos povos indígenas;

b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;



c) combate à pobreza extrema;

d) atendimento às pessoas com deficiência; e

e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

## **Seção II** **Disposições Gerais**

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas no art. 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei no 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

II - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

III - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

IV - publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;





- VIII - manutenção de escrituração contábil regular;
- IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;
- X - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades; e
- XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.

## CAPÍTULO V

### DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

#### Seção I

#### Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2020, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2019, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

Art. 36. Os Poderes do Município disponibilizarão e manterão atualizada, nos respectivos sítios na internet, no portal “Transparência” ou similar, tabela, por órgão, com os quantitativos, por níveis e o total geral, de:

I - cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, agrupados por nível e denominação;

II - cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública municipal, agrupados por nível e classificação; e

III - pessoal contratado por tempo determinado, observado a legislação vigente.

§ 1o A tabela a que se refere o **caput** obedecerá ao modelo a ser definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Poder Legislativo.



§ 2º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2020 dotações necessárias à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

Art. 37. No exercício de 2020, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 36;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 35.

Art. 38. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

§ 1º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 3º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender a necessidade da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a título,



de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2020, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1o O anexo a que se refere o **caput** conterà autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada na Câmara Municipal até 31 de agosto de 2019, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de Lei, ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, ou a lei correspondente.

§ 2o O anexo de que trata o § 1o considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2020 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização.

Art. 40. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes do Município, deverão ser, obrigatoriamente, publicados e disponibilizados nos sítios dos respectivos órgãos na internet.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 41. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

§ 1o As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado a que se refere o **caput**, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser classificadas no GND 1, salvo disposição em contrário constante de legislação vigente.

§ 2o O disposto no § 1o do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, não se constituindo em despesas classificáveis no GND 1.



## CAPÍTULO VI

### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### Seção I

##### Disposições Gerais sobre Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação

Art. 42. As proposições legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará, quando solicitados por Presidente da Câmara Municipal, prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 3º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no **caput**.

§ 4º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa; e

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição.

#### Seção II

##### Alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas

Art. 43. Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

§ 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços



públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

§ 2º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.

Art. 44. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, que sejam objeto de proposta de emenda, de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2020:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e  
II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes

§ 3º O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º far-se-á por intermédio da abertura de crédito suplementar.

§ 4º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2020 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo cinquenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 45. Sem prejuízo do disposto no art. 44, as estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2020.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO

### Seção Única Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos



Art. 46. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2020 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 47. A Câmara Municipal poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos e convênios com indícios de irregularidades graves.

#### CAPÍTULO VIII AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

#### CAPÍTULO IX A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 49. Não compete ao Município de Santa Filomena estabelecer política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento.

#### CAPÍTULO X DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 50. Os Poderes do Município divulgarão e manterão atualizada, na página do órgão concedente na internet, relação das entidades privadas termos dos arts. 33 a 34, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congêneres;
- VI - órgão transferidor; e
- VII - valores transferidos e respectivas datas.

#### **Seção Única** **Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos**





Art. 51. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2020 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ Parágrafo Único. Serão divulgados na internet:

I - pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3o, da Lei de Responsabilidade Fiscal;  
b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2020, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária de 2020 e seus anexos;

d) os créditos adicionais e seus anexos;

e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e respectivos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário:

f) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;

g) demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, discriminando as classificações funcional e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou o conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;

h) posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo; e

II - pelos Poderes, no sítio de cada Poder, o Relatório de Gestão, o Relatório e o Certificado de Auditoria, o Parecer do órgão de controle interno, em até trinta dias após seu envio ao Tribunal.

Art. 52. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4o do art. 9o da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até três dias da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer



primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. A execução da Lei Orçamentária de 2020 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§1º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2020 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo cinquenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 2º Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 54. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no **caput**.

§ 2º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei no 4.320, de 1964, a contabilidade:

- I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e
- II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei no 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;



II - entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993;

III - na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária de 2020, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 56. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC nº 020/2005, do TCE-PE.

Parágrafo Único: Os Programas, Projetos, Atividades e Ações constantes da Lei Orçamentária Anual poderão ser realizados através de Consórcios Públicos instituídos na forma da Legislação Federal específica.

Art.58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Cleomatson Coelho de Vasconcelos**  
**Prefeito**



Documento Assinado Digitalmente por: CLEOMATSON COELHO DE VASCONCELOS  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f25457b-80fe-42ce-93d7-ae4485c5c459

# ANEXO I

# Prioridades e

# Metas



Documento Assinado Digitalmente por: CLEOMATSON COELHO DE VASCONCELOS  
Acesse em: <https://stc.cedec.gov.br/epp/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento:0125457b-80fe-42ce-93d7-ae4485c5e449>

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020 ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

ANEXO

### PROGRAMA

**1000 – Câmara Municipal**

#### OBJETIVO

Melhorar as condições de trabalho do Poder Legislativo e de suas unidades de suporte técnico-administrativo para atingir maior eficácia no exercício de suas funções por meio de adequação da estrutura administrativa e de capacitação dos servidores.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

Câmara Municipal

#### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	Unid	UNIDADE	01	Câmara Municipal
CONSTRUÇÃO DO PREDIO SEDE DA CAMARA MUNICIPAL				
P	Unid	UNIDADE	10	
AQUISICAO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O PODER LEGISLATIVO				
A	Unid	UNIDADE	01	
REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES				
A	Unid	UNIDADE	01	
MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL				
P	Unid	UNIDADE	10	
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, OU DE BENS DE CAPITAL JÁ EM UTILIZAÇÃO.				



## PROGRAMA

### 1001 – Administração Pública com Excelência

#### OBJETIVO

Manter o bom funcionamento das ações administrativas. Dotar a administração municipal de meios adequados para consolidar-se no centro de excelência de gestão pública.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

#### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL.	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	Unid	Manutenção (unidade)	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
P	TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Unid	UNIDADES	05	
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.	Unid	UNIDADE	01	
A	OBRIGAÇÕES COM PAGAMENTO DO PASEP.	Unid	UNIDADE	01	
A	RESGATE DE DÍVIDA CONTRATADA	Unid	UNIDADE	01	
A	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Unid	UNIDADE	01	
O	RESERVA DE CONTINÊNCIA	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO





A	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO - CISAPE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADE		
A	ARQUIVO MUNICIPAL	Unid	UNIDADE	01	
A	CORAL DA MULHER	Unid	UNIDADE	01	
P	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	Unid	UNIDADES	05	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	Unid	UNIDADE	01	
A	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	Unid	SERVIDORES CEDIDOS	05	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO JURIDICO	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARENCIA	Unid	UNIDADE	01	
O	ENCARGOS COM REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	Unid	UNIDADE	01	
O	ENCARGOS COM REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
P	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	Unid	UNIDAD	1	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIARIAS DO RPPS	Unid	UNIDADE	01	



## PROGRAMA

### 1002 – Santa Filomena Diferente e Mais Saudável

#### OBJETIVO

Trabalhar a diferença em ampliar e qualificar a rede de atendimento de saúde, no que se refere a sua infra estrutura e seus serviços de gestão, bem como as suas políticas de promoção e de prevenção.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Saúde

#### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA UBS:	Unid	UNIDADE	20	
P	CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DO CENTRO FISIOTERÁPICO NA SEDE DO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DA ACADEMIA DA SAÚDE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL.	Unid	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL	Unid	UNIDADE	50	
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS	Unid	UNIDADE	02	



	UNIDADES DE SAÚDE.				
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SAÚDE DA FAMÍLIA E BUCAL	Unid	UNIDADE	01	
A	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- PACS	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - FARMÁCIA BÁSICA	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÃE CORUJA	Unid	UNIDADE	01	
A	ATENÇÃO A SAÚDE DA MULHER	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA FARMÁCIA HOSPITALAR	Unid	UNIDADE	01	
A	PROGRAMA DE AÇÕES PREVENTIVAS E ORIENTAÇÃO A ALIMENTAÇÃO NUTRICIONAL	Unid	UNIDADE	01	
A	CRIAÇÃO /MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA	Unid	UNIDADE	01	
A	APOIO AO TFD-TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO.	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	EPIDEMIOLÓGICA NO MUNICÍPIO			
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE -UTI MÒVEL	Unid	UNIDADE	01
A	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	Unid	UNIDADE	01
A	CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Unid	UNIDADE	01
A	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	Unid	UNIDADE	01
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE FAMÍLIA- NASF	Unid	UNIDADE	01
A	CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA SAÚDE	Unid	UNIDADE	01
A	MANUTENÇÃO DAS CASAS DE APOIO DE OURICURI, PETROLINA E RECIFE	Unid	UNIDADES	03
A	MANTER CONVÊNIOS COM LABORATÓRIOS DE ANÁLISE CLINICA PARA ATENDIMENTOS DIÁRIO.	Unid	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE AMBULÂNCIAS	Unid	UNIDADE	02
A	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM ÁREAS DE ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS	Unid	UNIDADE	01
A	PROMOÇÃO DE CAMPANHAS COM AÇÕES PREVENTIVAS PERIÓDICAS PARA PORTADORES DE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS	Unid	UNIDADE	01
A	FIRMAR E MANTER CONVÊNIOS COM PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS	Unid	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE MAIS UMA UBS NA SEDE DO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADE	01
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EQUIPE E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE BUCAL NAS DEMAIS UBS DO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADE	01
A	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECOLHIMENTO DO LIXO	Unid	UNIDADE	01



Documento Assinado Digitalmente por: CLEOMATSON COELHO DE VASCONCELOS  
Acesse em: <https://etec.tec.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: 0f25457b-80fe-42ce-93d7-ae4485c5e459

	HOSPITALAR DO MUNICÍPIO.				
A	REALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARCERIAS COM OUTRO MUNICÍPIO PARA IMPLANTAÇÃO DO CAPS I	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS NO MUNICÍPIO.	Unid	UNIDADE	01	



## PROGRAMA

### 1003 – Santa Filomena Cidadã: Desenvolvimento Social

#### OBJETIVO

Atuar com ações que busquem fortalecer a autonomia do cidadão, mediante Políticas Públicas que promovam a Inclusão Social e o acesso à garantia dos direitos universais.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Assistência Social

#### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
P	Unid	UNIDADE	01	
P	Unid	UNIDADE	01	
P	Unid	UNIDADE	10	
P	Unid	UNIDADE	10	
P	Unid	UNIDADE	10	
P	Unid	UNIDADE	10	
P	Unid	UNIDADE	10	
A	Unid	UNIDADE	01	





A	Programa de Apoio à pessoa com deficiência	Unid	BENEFICIÁRIOS	30	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
A	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social - FMAS	Unid	UNIDADE	01	
A	Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Unid	UNIDADE	01	
A	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGD - M	Unid	BENEFICIÁRIOS	1000	
A	Programa de apoio a Gestante	Unid	BENEFICIÁRIOS	50	
A	Programa de apoio ao Idoso	Unid	BENEFICIÁRIOS	50	
A	Concessão de auxílio a pessoa carentes	Unid	BENEFICIÁRIOS	500	
A	Construção e aquisição de equipamentos do Centro de apoio da criança	Unid	UNIDADE	01	
A	Programa de recuperação de crianças e adolescentes das drogas	Unid	UNIDADE	01	
A	Manutenção das atividades do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Unid	UNIDADE	01	
A	Manutenção do programa PE no batente	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
A	Manutenção do Programa Prefeito Amigo da Criança	Unid	UNIDADE	01	
P	Implantação de cursos profissionalizantes	Unid	UNIDADE	05	
P	Aquisição de móveis, máquinas e equipamentos para o CMAS	Unid	UNIDADE	10	
A	Manutenção dos serviços especializados de atendimento a comunidade	Unid	UNIDADE	01	
P	Construção do prédio próprio do centro de referência de assistência social - CRAS	Unid	UNIDADE	01	
A	Implantação e manutenção do CREAS Municipal	Unid	UNIDADE	01	



A	Manutenção e funcionamento das atividades da secretaria de assistência social	Unid	UNIDADE	01	
A	Implantação e manutenção do Programa Infância Feliz	Unid	UNIDADE	01	
A	Implantação e manutenção dos serviços de proteção e atendimento integral a família - PAIF	Unid	UNIDADE	01	
P	Implantação de Equipe Volante do CRAS		UNIDADE	01	
P	Implantação da Vigilância Socioassistencial no Município		UNIDADE	01	



## PROGRAMA

1004 – Educação que faz a diferença

### OBJETIVO

Garantir às crianças, adolescentes, jovens e adultos o acesso à educação visando, bem como a formação permanente dos profissionais de educação. Dar continuidade aos investimentos em infraestrutura física e pedagógica da rede para atender a demanda da educação básica.

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Educação

### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNI D.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	CONSTRUÇÃO DE CRECHE MUNICIPAL	Unid	UNIDADES	SEC. DE EDUCAÇÃO
P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL	Unid	UNIDADE	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	Unid	UNIDADE	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO ESPECIAL	Unid	UNIDADE	
P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	Unid	UNIDADE	
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FUNDEB 40%	Unid	UNIDADES	
P	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE PESQUISA PARA O SISTEMA DE ENSINO NO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADES	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Unid	UNIDADE	



A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Unid	UNIDADE	01	SEC. DE EDUCAÇÃO
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	Unid	ESCOLAS ATENDIDAS	15	
A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - RECURSOS PRÓPRIOS	Unid	UNIDADE	01	
A	APERFEIÇOAMENTO DE DOCENTES E PESSOAL TÉCNICO - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Unid	SERVIDORES	100	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MAGISTERIO - FUNDEB 60%	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - FUNDEB 40%	Unid	UNIDADE	01	
P	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS LIGADOS A EDUCAÇÃO	Unid	UNIDADE	02	SEC. DE EDUCAÇÃO
P	AQUIS. DE MOV, MÁQ., VEICULOS E EQUIP P/ SEC. DE EDUCAÇÃO	Unid	UNIDADES	10	
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, VEICULOS E EQUIP. / SEC. DE EDUCAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES	Unid	UNIDADE	05	
A	MANUTENÇÃO DO PROG DE TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO - PETE	Unid	UNIDADE	01	SEC. DE EDUCAÇÃO
A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT	Unid	UNIDADE	01	



P	CONST. AMPLIAÇÃO E/OU RECUP. DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS	Unid	UNIDADE	02
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE MERENDA ESCOLAR	Unid	UNIDADE	01
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	Unid	UNIDADE	01
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO	Unid	UNIDADE	01
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO	Unid	UNIDADE	01
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.	Unid	UNIDADE	01



## PROGRAMA

### 1005 – Difusão Cultural e Desenvolvimento Esportivo

#### OBJETIVO

Manter o bom funcionamento das ações culturais buscando o desenvolvimento do setor cultural do Município. Promover o acesso de crianças, jovens e adultos em atividades artísticas, culturais e esportivas de qualidade nos diversos segmentos de formação.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos

#### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	Unid	UNIDADE	05	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos
A	Unid	UNIDADE	01	
A	Unid	UNIDADE	01	
P	Unid	UNIDADES	100	
P	Unid	UNIDADES	10	
A	Unid	UNIDADE	01	





## PROGRAMA

### 1006 – Santa Filomena Integrada

#### OBJETIVO

Promover o desenvolvimento da cidade, fortalecendo o planejamento urbano sob perspectiva de sustentabilidade socioambiental e denotando a matriz econômica do município ao incentivar o crescimento dos setores produtivos, a diferenciação do capital humano, a inovação e tecnologia.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Infraestrutura

#### Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E-OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2020	ÓRGÃO EXECUTOR
P	CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE	Unid	UNIDADE	01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
A	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	Unid	UNIDADE	01	
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E/OU MÁQUINAS PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	Unid	Unidades	05	
P	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO, MEIO FIO, REDUTORES DE VELOCIDADE	Unid	UNIDADE	01	
A	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CÉMITÉRIO NO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADE	01	
A	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS E JARDIM	Unid	UNIDADE	02	
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS	Unid	UNIDADE	02	



	DIVERSOS/COLETA DE LIXO			
P	MELHORIA HABITACIONAL E CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	Unid	UNIDADE	40
P	CONSTRUÇÃO DE PONTO DE APOIO DE VEÍCULOS	Unid	UNIDADE	03
P	CONTRUÇÃO DE CASAS POPULARES NA ZONA RURAL	Unid	UNIDADES	50
P	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES NA ZONA URBANA	Unid	UNIDADE	50
P	CONSTRUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO NA ZONA RURAL	Unid	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO NA ZONA URBANA	Unid	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CENTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E ABATEDOURO	Unid	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO DE ATERROS SANITÁRIOS NA SEDE, VILAS E POVOADOS	Unid	UNIDADE	01
P	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA	Unid	UNIDADE	01
A	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Unid	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO	Unid	UNIDADES	10
A	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PASSAGEIROS	Unid	UNIDADE	05
A	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS, PONTES, SISTEMAS DE DRENAGEM, BUEIROS	Unid	Unidade	05
A	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ESTÁDIOS, QUADRAS POLIESPORTIVAS, CAMPOS DE FUTEBOL.	Unid	UNIDADE	04
P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E	Unid	UNIDADE	01



	RECUPERAÇÃO DE PARQUES RECREATIVOS E CENTRO DE LAZER.			
p	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DAS CIDADES	Unid	UNIDADE	01
P	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	Unid	UNIDADE	01
P	APOIO AO PROGRAMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Unid	UNIDADES	01
P	CONSTRUÇÃO DE CRIADOUROS PARA PISCICULTURA, AVICULTURA E APICULTURA.	Unid	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	Unid	UNIDADE	03
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA GRANTIA SAFRA	Unid	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRAS E OUTRAS MAQUINAS/IMPLEMENTOS AGRICOLAS	Unid	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEUS COM EQUIPAMENTOS	Unid	UNIDADE	01
P	AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA	Unid	UNIDADE	01
P	CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE GALPOES DE SILAGEM	Unid	UNIDADE	02
P	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ADUTORES.	Unid	UNIDADE	02
P	CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BARREIROS, BARRAGENS, POÇOS E OUTROS	Unid	UNIDADE	10
P	CONSTRUÇÃO DE CISTERNA DE PLACAS.	Unid	UNIDADE	10
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Unid	UNIDADE	01
A	PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR,	Unid	UNIDADE	01



	PECUARISTA EMPREENDEDOR E OUTROS				
A	PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA, PERFURAÇÃO DE POÇOS E MANUTENÇÃO.	Unid	UNIDADE	01	
A	ABASTECIMENTO EMERGENCIAL DE AGUA - CARRO PIPA	Unid	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E DESASSOREAMENTO DE BARREIROS DE PEQUENO PORTE EM PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR	Unid	UNIDADES	10	
P	REFORMA E MANUTENÇÃO DA CASA DE FARINHA	Unid	UNIDADES	01	
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CASA DE FARINHA	Unid	UNIDADE	05	
P	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS COM ASFALTO E/OU PARALELEPIPEDOS GRANITICOS	Unid	UNIDADE	05	
P	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	Unid	UNIDADE	05	
P	DESPESAS COM IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARAÇÃO DE TERRAS	Unid	UNIDADE	01	
A	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL	Unid	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS	Unid	UNIDADE	01	
P	CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS DE GRANDE PORTE	Unid	UNIDADE	03	
A	ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE FEIRAS LIVRES	Unid	UNIDADE	02	
A	ENCARGOS COM A MANUTENCAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA	Unid	UNIDADE	01	



Documento Assinado Digitalmente por: CLEOMATSON COELHO DE VASCONCELOS  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f25457b-80fe-42ce-93d7-ae4485c5e459

# ANEXO II

# Metas Fiscais

## Parametros Iniciais

Município: Santa Filomena - PE  
Ano da LDO: 2020

VARIAVEIS	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	2,70	2,60	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	7,50%	8,00%	8,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00	3,75	3,75
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$***			

Ano	Taxa de Crescimento do PIB real % ***	Valor em (R\$)	
		Realizado	Previsto
2018		182.800.000.000	
2019			
2020			
2021			
2022			

Fonte: Agência Condepe/Fidem

	2017	2018	2019*	2020*	2021*	2022*
INDICES DE INFLAÇÃO	2,95%	3,75%	3,87%	4,00%	3,75%	3,75%

\* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 08/03/2019.

FONTE: Secretaria de Finanças

\*\*\* Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.





AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

Município de Santa Filomena - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	41.070.512,66	39.490.877,56	#DIV/0!	42.713.333,16	39.586.036,30	#DIV/0!	44.421.866,49	39.681.424,34	#DIV/0!
Receitas Primárias (I)	40.508.761,52	38.950.732,23	#DIV/0!	42.129.111,98	39.044.589,41	#DIV/0!	43.814.276,46	39.138.672,76	#DIV/0!
Despesa Total	41.070.512,66	39.490.877,56	#DIV/0!	42.713.333,16	39.586.036,29	#DIV/0!	44.421.866,48	39.681.424,33	#DIV/0!
Despesas Primárias (II)	40.489.530,97	38.932.241,32	#DIV/0!	42.109.112,20	39.026.053,94	#DIV/0!	43.793.476,69	39.120.092,62	#DIV/0!
Resultado Primário (III) = (I – II)	19.230,55	18.490,91	#DIV/0!	19.999,78	18.535,48	#DIV/0!	20.799,77	18.580,14	#DIV/0!
Resultado Nominal	-474.142,96	-455.906,69	#DIV/0!	-431.743,07	-400.132,60	#DIV/0!	-393.793,77	-351.770,40	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	3.949.472,43	3.797.569,64	#DIV/0!	3.554.525,18	3.294.277,28	#DIV/0!	3.199.072,67	2.857.686,31	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	3.073.381,30	2.955.174,32	#DIV/0!	2.641.638,23	2.448.228,20	#DIV/0!	2.247.844,46	2.007.967,62	#DIV/0!
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

FONTE: IBGE, CODEPE/FIDEM

Notas: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	2,70	2,60	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	7,50%	8,00%	8,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00	3,75	3,75
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$*	-	-	-
Índice para Deflação	1,040	1,079	1,119

\*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.



Município de Santa Filomena - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	35.831.890,30	#DIV/0!	38.527.953,21	0,000	2.696.062,91	7,52
Receitas Primárias (I)	34.923.609,77	#DIV/0!	36.106.643,57	0,000	1.183.033,80	3,39
Despesa Total	35.831.890,30	#DIV/0!	36.683.569,14	0,000	851.678,84	2,38
Despesas Primárias (II)	34.223.829,64	#DIV/0!	33.749.536,82	0,000	-474.292,82	-1,39
Resultado Primário (III) = (I-II)	699.780,13	#DIV/0!	2.357.106,75	0,000	1.657.326,62	236,84
Resultado Nominal	-541.765,76	#DIV/0!	-581.179,65	0,000	-39.413,89	7,28
Dívida Pública Consolidada	4.875.891,88	#DIV/0!	3.277.678,99	0,000	-1.598.212,89	-32,78
Dívida Consolidada Líquida	4.875.891,88	#DIV/0!	3.277.678,99	0,000	-1.598.212,89	-32,78

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2018

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2018	0
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2018	182.800.000.000

Fonte: AGENCIA Condepe/Fidem

\*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.



Município de Santa Filomena - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	34.288.890,24	35.831.890,30	4,50	39.415.079,33	10,00	41.070.512,66	4,20	42.713.333,16	4,00	44.421.866,49	4,00
Receitas Primárias (I)	31.978.707,75	34.923.609,77	9,21	38.875.970,75	11,32	40.508.761,52	4,20	42.129.111,98	4,00	43.814.276,46	4,00
Despesa Total	34.288.890,24	35.831.890,30	4,50	39.415.079,33	10,00	41.070.512,66	4,20	42.713.333,16	4,00	44.421.866,48	4,00
Despesas Primárias (II)	32.750.076,21	34.223.829,64	4,50	38.857.515,33	13,54	40.489.530,97	4,20	42.109.112,20	4,00	43.793.476,69	4,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-771.368,46	699.780,13	-190,72	18.455,42	-97,36	19.230,55	4,20	19.999,78	4,00	20.799,77	4,00
Resultado Nominal	-601.961,96	-541.765,76	-10,00	-1.328.367,63	145,19	-474.142,96	-64,31	-431.743,07	-8,94	-393.793,77	-8,79
Dívida Pública Consolidada	5.417.657,65	4.875.891,88	-10,00	4.388.302,70	-10,00	3.949.472,43	-10,00	3.554.525,18	-10,00	3.199.072,67	-10,00
Dívida Consolidada Líquida	5.417.657,65	4.875.891,88	-10,00	3.547.524,26	-27,24	3.073.381,30	-13,37	2.641.638,23	-14,05	2.247.844,46	-14,91

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	36.624.177,97	37.175.586,19	1,51	39.415.079,33	6,02	39.490.877,56	0,19	39.586.036,30	0,24	39.681.424,34	0,24
Receitas Primárias (I)	34.156.657,61	36.233.245,14	6,08	38.875.970,75	7,29	38.950.732,23	0,19	39.044.589,41	0,24	39.138.672,76	0,24
Despesa Total	36.624.177,97	37.175.586,19	1,51	39.415.079,33	6,02	39.490.877,56	0,19	39.586.036,29	0,24	39.681.424,33	0,24
Despesas Primárias (II)	34.980.561,09	35.507.223,25	1,51	38.857.515,33	9,44	38.932.241,32	0,19	39.026.053,94	0,24	39.120.092,62	0,24
Resultado Primário (III) = (I - II)	-823.903,48	726.021,89	-188,12	18.455,42	-97,46	18.490,91	0,19	18.535,47	0,24	18.580,14	0,24
Resultado Nominal	-642.959,33	-562.081,98	-12,58	-1.328.367,63	136,33	-455.906,69	-65,68	-400.132,60	-12,23	-351.770,40	-12,09
Dívida Pública Consolidada	5.786.634,00	5.058.737,83	-12,58	4.388.302,70	-13,25	3.797.569,64	-13,46	3.294.277,28	-13,25	2.857.686,31	-13,25
Dívida Consolidada Líquida	5.786.634,00	5.058.737,83	-12,58	3.547.524,26	-29,87	2.955.174,32	-16,70	2.448.228,20	-17,15	2.007.967,62	-17,98

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	2017	2018	2019*	2020*	2021*	2022*
INDICES DE INFLAÇÃO	2,95%	3,75%	3,87%	4,00%	3,75%	3,75%
% Aplicação p/ valores Correntes	1,068	1,038	-	1,040	1,079	1,119

\* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 08/03/2019.



Município de Santa Filomena - PE  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	15.207.768,99	100,00%	14.685.973,25	100,00%	11.985.259,26	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>15.207.768,99</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.685.973,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.985.259,26</b>	<b>100,00%</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.022.751,41	100,00%	3.431.148,62	100,00%	3.650.633,34	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.022.751,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.431.148,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.650.633,34</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Secretaria de Finanças



Município de Santa Filomena - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>RECEITAS REALIZADAS</u></b>	<b>2018 (a)</b>	<b>2017 (b)</b>	<b>2016 (c)</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	13.850,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	13.850,00
Alienação de Bens Imóveis			
<b><u>DESPESAS EXECUTADAS</u></b>	<b>2018 (d)</b>	<b>2017 (e)</b>	<b>2016 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	13.850,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	13.850,00
Investimentos	0,00	0,00	13.850,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<b><u>SALDO FINANCEIRO</u></b>	<b>2018 (g) = ((Ia - II d) +</b>	<b>2017 (h) = ((Ib - II e) +</b>	<b>2016 (i) = (Ic - II f)</b>
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota :





Município de Santa Filomena - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1.00

RECEITAS	2016	2017	2018
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	1.236.894,25	1.116.241,46	1.121.636,63
RECEITAS CORRENTES	1.236.894,25	1.116.241,46	1.121.636,63
Receita de Contribuições dos Segurados	620.307,77	650.569,56	708.531,42
Pessoal Civil	620.307,77	650.569,56	708.531,42
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	616.586,48	465.671,90	413.105,21
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	90.626,24	1.565.146,91	1.903.659,56
RECEITAS CORRENTES	90.626,24	1.565.146,91	1.903.659,56
Patronal	81.811,84	1.564.866,87	1.884.406,37
Pessoal Civil	40.694,93	1.498.644,92	1.884.406,37
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	41.116,91	66.221,95	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.814,40	280,04	19.253,19
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>1.327.520,49</b>	<b>2.681.388,37</b>	<b>3.025.296,19</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>	1.158.919,15	1.361.952,39	1.445.046,04
ADMINISTRAÇÃO	109.412,75	110.981,38	119.407,10
Despesas Correntes	109.412,75	108.355,38	117.064,70
Despesas de Capital	0,00	2.626,00	2.342,40
PREVIDÊNCIA	1.049.506,40	1.250.971,01	1.325.638,94
Pessoal Civil	1.049.506,40	1.250.971,01	1.325.638,94
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>1.158.919,15</b>	<b>1.361.952,39</b>	<b>1.445.046,04</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>168.601,34</b>	<b>1.319.435,98</b>	<b>1.580.250,15</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>4.849.073,15</b>	<b>6.158.104,36</b>	<b>7.751.423,49</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>4.849.073,15</b>	<b>6.158.104,36</b>	<b>7.751.423,49</b>

FONTE: RREO 6º bimestre 2018 e 2017



Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Santa Filomena - PE  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
 2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2019	4.118.349,16	1.573.012,26	2.545.336,90	10.296.760,39
2020	4.323.933,19	1.367.517,64	2.956.415,55	13.053.215,94
2021	4.529.756,35	1.601.284,79	2.928.471,56	15.981.687,49
2022	4.709.573,72	1.595.410,12	3.114.163,59	19.095.851,09
2023	4.896.739,23	1.617.745,87	3.278.993,37	22.374.844,46
2024	5.115.391,50	1.652.719,72	3.462.671,78	25.837.516,23
2025	5.328.566,93	1.646.360,13	3.682.206,80	29.519.723,03
2026	5.551.491,11	1.699.319,80	3.852.171,31	33.371.894,34
2027	5.794.865,58	1.948.266,29	3.846.599,29	37.218.493,64
2028	6.038.703,15	2.098.557,97	3.940.145,17	41.158.638,81
2029	6.336.089,81	2.221.491,42	4.114.598,39	45.273.237,20
2030	6.658.916,56	2.487.337,87	4.171.578,69	49.444.815,89
2031	6.972.370,03	2.618.352,08	4.354.017,95	53.798.833,84
2032	7.325.176,45	3.026.424,33	4.298.752,12	58.097.585,96
2033	7.554.427,50	3.134.730,07	4.419.697,43	62.517.283,39
2034	7.873.712,24	3.426.786,26	4.446.925,99	66.964.209,38
2035	8.232.142,71	3.813.735,85	4.418.406,86	71.382.616,23
2036	8.569.996,00	4.004.616,26	4.565.379,74	75.947.995,98
2037	9.055.282,93	5.574.136,95	3.481.145,99	79.429.141,96
2038	9.358.936,40	5.970.245,46	3.388.690,94	82.817.832,90
2039	9.649.582,40	6.284.028,08	3.365.554,32	86.183.387,22
2040	9.927.944,13	6.481.017,44	3.446.926,69	89.630.313,91
2041	10.210.287,34	6.661.056,03	3.549.231,31	93.179.545,23
2042	10.524.521,79	7.090.570,92	3.433.950,87	96.613.496,10
2043	10.816.390,63	7.357.431,88	3.458.958,74	100.072.454,84
2044	11.115.037,78	7.668.790,91	3.446.246,87	103.518.701,71
2045	10.793.035,50	7.893.014,54	2.900.020,97	106.418.722,68
2046	9.678.465,80	8.099.249,89	1.579.215,91	107.997.938,59
2047	9.823.330,74	8.252.691,24	1.570.639,50	109.568.578,09
2048	9.974.220,71	8.466.661,36	1.507.559,36	111.076.137,45
2049	10.120.511,99	8.667.556,93	1.452.955,06	112.529.092,51
2050	10.266.193,29	8.890.110,56	1.376.082,73	113.905.175,24
2051	10.406.428,98	9.099.256,71	1.307.172,27	115.212.347,51
2052	10.545.275,13	9.330.707,80	1.214.567,33	116.426.914,84
2053	10.682.065,50	9.591.946,26	1.090.119,25	117.517.034,09
2054	12.003.637,53	9.770.379,19	2.233.258,34	119.750.292,43
2055	11.731.019,01	10.015.658,05	1.715.360,95	121.465.653,38
2056	11.476.442,77	10.246.638,11	1.229.804,66	122.695.458,04
2057	11.471.081,57	10.455.638,07	1.015.443,50	123.710.881,54
2058	11.526.493,21	10.695.357,50	831.135,70	124.542.017,25
2059	11.643.884,91	10.959.790,49	684.094,43	125.226.111,67
2060	11.646.728,29	11.161.213,72	485.514,57	125.711.626,24
2061	11.745.516,62	11.435.402,71	310.113,92	126.021.740,16
2062	11.832.830,76	11.694.176,71	138.654,05	126.160.394,21
2063	11.908.074,10	11.929.122,46	-21.048,36	126.139.345,85
2064	11.972.622,54	12.146.860,53	-174.237,98	125.965.107,87
2065	12.034.116,04	12.419.797,72	-385.681,68	125.579.426,19
2066	12.081.068,17	12.667.935,79	-586.867,63	124.992.558,57
2067	12.114.795,44	12.898.177,89	-783.384,44	124.209.174,12
2068	12.024.528,50	13.208.738,61	-1.184.210,11	123.024.964,02
2069	12.050.685,59	13.448.043,25	-1.397.357,67	121.627.604,35
2070	11.764.710,61	13.691.459,52	-1.926.748,91	119.700.855,44
2071	11.647.644,43	13.962.746,72	-2.315.102,29	117.385.753,15
2072	11.507.956,60	14.271.622,15	-2.763.665,56	114.622.087,59
2073	11.342.044,02	14.528.917,13	-3.186.873,11	111.435.214,48
2074	11.101.437,70	14.732.321,97	-3.630.884,27	107.804.330,21
2075	11.234.899,19	15.081.847,04	-3.846.947,85	103.957.382,36
2076	10.856.115,27	15.352.933,81	-4.496.818,54	99.460.563,82
2077	10.369.067,57	15.567.874,88	-5.198.807,31	94.261.756,51
2078	10.330.639,21	15.873.568,78	-5.542.929,58	88.718.826,94
2079	10.222.312,51	16.158.292,58	-5.935.980,07	82.782.846,86
2080	9.581.162,26	16.447.877,42	-6.866.715,16	75.916.131,70
2081	9.194.938,03	16.742.403,62	-7.547.465,58	68.368.666,12
2082	8.648.649,68	17.069.558,71	-8.420.909,04	59.947.757,08
2083	8.150.746,55	17.308.532,54	-9.157.785,98	50.789.971,10
2084	7.609.433,73	17.684.837,23	-10.075.403,50	40.714.567,60
2085	6.973.878,02	17.932.424,95	-10.958.546,93	29.756.020,67
2086	6.316.159,26	18.252.360,44	-11.936.201,18	17.819.819,49
2087	5.600.618,36	18.537.486,73	-12.936.868,37	4.882.951,12
2088	4.845.886,26	18.867.835,26	-14.021.949,00	-9.138.997,88
2089	4.560.249,93	19.203.800,22	-14.643.550,29	-23.782.548,17
2090	4.578.463,42	19.472.653,42	-14.894.189,99	-38.676.738,17
2091	4.642.561,91	19.850.396,32	-15.207.834,41	-53.884.572,57
2092	4.707.557,78	20.128.301,87	-15.420.744,09	-69.305.316,66
2093	4.773.463,59	20.486.020,25	-15.712.556,66	-85.017.873,32

Notas:

<sup>1</sup> Projeção atuarial elaborada em 31/12/2018 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

<sup>2</sup> Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

**Financeiras** - Taxa de Juros de 6%, Crescimento Salarial de 1,4% e Compensação Financeira correspondente a um percentual de até 10% da Reserva Matemática.

**Biométricas** - Tábua de Mortalidade IBGE-2015 (Sobrevivência de Válidos e Inválidos) e Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas.

**Demográficas** - A **População** está baseada em informações individuais de Servidores Estatutários Ativos, Aposentados, Pensionistas e Dependentes. O **Compromisso Médio Familiar do Segurado** foi calculado individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A **Rotatividade** foi desconsiderada e os **Novos Entrandos** não foi adotado para efeito de determinação do Custeio ou das Reservas.

Fonte: Avaliação Atuarial 2018



Município de Santa Filomena - PE  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
 2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
<b>TOTAL</b>						-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>



Município de Santa Filomena - PE  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Notas:

1- O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2020.



### I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Receitas

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>34.644.343,39</b>	<b>31.437.648,83</b>	<b>32.852.343,03</b>	<b>36.137.577,33</b>	<b>37.655.355,57</b>	<b>39.161.569,80</b>	<b>40.728.032,59</b>
Receita Tributária	1.528.171,65	486.969,44	508.833,06	569.716,37	593.644,46	617.390,24	642.085,85
Receitas de Contribuições	422.797,38	962.875,50	1.006.204,90	1.106.825,39	1.153.312,06	1.199.444,54	1.247.422,32
Receita Patrimonial	547.779,83	749.667,97	783.403,03	401.743,33	418.616,55	435.361,21	452.775,66
Aplicações Financeiras (II)	547.779,83	749.167,97	782.880,53	401.168,58	418.017,66	434.738,37	452.127,90
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	500,00	522,50	574,75	598,89	622,85	647,76
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	210.866,50	1.495,00	1.562,28	1.718,51	1.790,69	1.862,31	1.936,81
Transferências Correntes	31.813.388,14	29.202.234,86	30.516.385,43	34.018.023,97	35.446.780,97	36.864.652,21	38.339.238,30
Outras Receitas Correntes	121.339,89	34.406,06	35.954,33	39.549,76	41.210,85	42.859,28	44.573,66
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.107.720,59</b>	<b>1.410.226,89</b>	<b>1.473.687,10</b>	<b>1.621.055,81</b>	<b>1.689.140,15</b>	<b>1.756.705,76</b>	<b>1.826.973,99</b>
Operações de Créditos	100.000,00	100.000,00	104.500,00	114.950,00	119.777,90	124.569,02	129.551,78
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	20.000,00	20.900,00	22.990,00	23.955,58	24.913,80	25.910,36
Transferências de Capital	1.007.720,59	1.290.226,89	1.348.287,10	1.483.115,81	1.545.406,67	1.607.222,94	1.671.511,86
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>655.040,26</b>	<b>1.441.014,52</b>	<b>1.505.860,17</b>	<b>1.656.446,19</b>	<b>1.726.016,93</b>	<b>1.795.057,61</b>	<b>1.866.859,91</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>36.407.104,24</b>	<b>34.288.890,24</b>	<b>35.831.890,30</b>	<b>39.415.079,33</b>	<b>41.070.512,66</b>	<b>42.713.333,16</b>	<b>44.421.866,49</b>

### I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as despesas

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	<b>30.890.812,72</b>	<b>26.699.905,74</b>	<b>27.901.401,50</b>	<b>30.696.541,65</b>	<b>31.941.928,20</b>	<b>33.219.605,33</b>	<b>34.548.389,54</b>
Pessoal e Encargos Sociais	18.542.862,11	17.877.957,96	18.682.466,07	20.550.712,68	21.369.974,41	22.224.773,39	23.113.764,32
Juros e Encargos da Dívida	24.000,00	24.000,00	25.080,00	32.588,00	33.956,70	35.314,97	36.727,57
Outras Despesas Correntes	12.323.950,61	8.797.947,78	9.193.855,43	10.113.240,97	10.537.997,09	10.959.516,97	11.397.897,65
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.488.145,79</b>	<b>6.215.906,30</b>	<b>6.495.622,08</b>	<b>7.140.184,28</b>	<b>7.440.072,02</b>	<b>7.737.674,90</b>	<b>8.047.181,90</b>
Investimentos	3.040.145,79	5.767.906,30	6.027.462,08	6.615.208,28	6.893.047,03	7.168.768,91	7.455.519,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	448.000,00	448.000,00	468.160,00	524.976,00	547.024,99	568.905,99	591.662,23
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.690.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.226.302,73</b>	<b>1.277.807,44</b>	<b>1.328.919,74</b>	<b>1.382.076,53</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)</b>	<b>337.595,73</b>	<b>306.264,17</b>	<b>320.046,06</b>	<b>352.050,67</b>	<b>410.705,00</b>	<b>427.133,19</b>	<b>444.218,52</b>
<b>RESERVA DO RPPS (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.066.814,03</b>	<b>1.114.820,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (V) = (I)+(II)+(III)+(IV)</b>	<b>36.407.104,24</b>	<b>34.288.890,24</b>	<b>35.831.890,30</b>	<b>39.415.079,33</b>	<b>41.070.512,66</b>	<b>42.713.333,16</b>	<b>44.421.866,48</b>



### III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>34.644.343,39</b>	<b>31.437.648,83</b>	<b>32.852.343,03</b>	<b>36.137.577,33</b>	<b>37.655.355,57</b>	<b>39.161.569,80</b>	<b>40.728.032,59</b>
Receita Tributária	1.528.171,65	486.969,44	508.833,06	569.716,37	593.644,46	617.390,24	642.085,85
Receitas de Contribuições	422.797,38	962.875,50	1.006.204,90	1.106.825,39	1.153.312,06	1.199.444,54	1.247.422,32
Receita Patrimonial	547.779,83	749.667,97	783.403,03	401.743,33	418.616,55	435.361,21	452.775,66
Aplicações Financeiras (II)	547.779,83	749.167,97	782.880,53	401.168,58	418.017,66	434.738,37	452.127,90
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	500,00	522,50	574,75	598,89	622,85	647,76
Receita de Serviços	210.867	1.495	1.562	1.718,51	1.791	1.862	1.937
Transferências Correntes	31.813.388,14	29.202.234,86	30.516.385,43	34.018.023,97	35.446.780,97	36.864.652,21	38.339.238,30
Outras Receitas Correntes	121.339,89	34.406,06	35.954,33	39.549,76	41.210,85	42.859,28	44.573,66
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)</b>	<b>34.096.563,56</b>	<b>30.688.480,86</b>	<b>32.069.462,50</b>	<b>35.736.408,75</b>	<b>37.237.337,91</b>	<b>38.726.831,43</b>	<b>40.275.904,69</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL (IV)</b>	<b>1.107.720,59</b>	<b>1.410.226,89</b>	<b>1.473.687,10</b>	<b>1.621.055,81</b>	<b>1.689.140,15</b>	<b>1.756.705,76</b>	<b>1.826.973,99</b>
Operações de Créditos (V)	100.000,00	100.000,00	104.500,00	114.950,00	119.777,90	124.569,02	129.551,78
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VII)	0,00	20.000,00	20.900,00	22.990,00	23.955,58	24.913,80	25.910,36
Transferências de Capital	1.007.720,59	1.290.226,89	1.348.287,10	1.483.115,81	1.545.406,67	1.607.222,94	1.671.511,86
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)</b>	<b>1.007.720,59</b>	<b>1.290.226,89</b>	<b>1.348.287,10</b>	<b>1.483.115,81</b>	<b>1.545.406,67</b>	<b>1.607.222,94</b>	<b>1.671.511,86</b>
<b>RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>655.040,26</b>	<b>1.441.014,52</b>	<b>1.505.860,17</b>	<b>1.656.446,19</b>	<b>1.726.016,93</b>	<b>1.795.057,61</b>	<b>1.866.859,91</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	<b>35.759.324,41</b>	<b>31.978.707,75</b>	<b>33.417.749,60</b>	<b>38.875.970,75</b>	<b>40.508.761,52</b>	<b>42.129.111,98</b>	<b>43.814.276,46</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>30.866.812,72</b>	<b>26.699.905,74</b>	<b>27.901.401,50</b>	<b>30.696.541,65</b>	<b>31.941.928,20</b>	<b>33.219.605,33</b>	<b>34.548.389,54</b>
Pessoal e Encargos Sociais	18.542.862,11	17.877.957,96	18.682.466,07	20.550.712,68	21.369.974,41	22.224.773,39	23.113.764,32
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	24.000,00	25.080,00	32.588,00	33.956,70	35.314,97	36.727,57
Outras Despesas Correntes	12.323.950,61	8.797.947,78	9.193.855,43	10.113.240,97	10.537.997,09	10.959.516,97	11.397.897,65
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)</b>	<b>30.866.812,72</b>	<b>26.675.905,74</b>	<b>27.876.321,50</b>	<b>30.663.953,65</b>	<b>31.907.971,50</b>	<b>33.184.290,36</b>	<b>34.511.661,98</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>3.488.145,79</b>	<b>6.215.906,30</b>	<b>6.495.622,08</b>	<b>7.140.184,28</b>	<b>7.440.072,02</b>	<b>7.737.674,90</b>	<b>8.047.181,90</b>
Investimentos	3.040.145,79	5.767.906,30	6.027.462,08	6.615.208,28	6.893.047,03	7.168.768,91	7.455.519,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	448.000,00	448.000,00	468.160,00	524.976,00	547.024,99	568.905,99	591.662,23
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)</b>	<b>3.040.145,79</b>	<b>5.767.906,30</b>	<b>6.027.462,08</b>	<b>6.615.208,28</b>	<b>6.893.047,03</b>	<b>7.168.768,91</b>	<b>7.455.519,67</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>337.595,73</b>	<b>306.264,17</b>	<b>320.046,06</b>	<b>352.050,67</b>	<b>410.705,00</b>	<b>427.133,19</b>	<b>444.218,52</b>
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.690.550,00	0,00	0,00	1.226.302,73	1.277.807,44	1.328.919,74	1.382.076,53
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)</b>	<b>34.244.554,24</b>	<b>32.750.076,21</b>	<b>34.223.829,64</b>	<b>38.857.515,33</b>	<b>40.489.530,97</b>	<b>42.109.112,20</b>	<b>43.793.476,69</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	<b>1.514.770,17</b>	<b>-771.368,46</b>	<b>-806.080,04</b>	<b>18.455,42</b>	<b>19.230,55</b>	<b>19.999,78</b>	<b>20.799,77</b>

Nota:

- Os dados relativos as receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.



#### IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	(b) 2016	(c) 2017	(d) 2018	(e) 2019	(f) 2020	(g) 2021	(h) 2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.019.619,61	5.417.657,65	4.875.891,88	4.388.302,70	3.949.472,43	3.554.525,18	3.199.072,67
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	840.778,44	876.091,13	912.886,96	951.228,21
Ativo Financeiro	1.998.640,69	2.158.531,95	2.255.665,88	2.977.318,10	3.102.365,46	3.232.664,81	3.368.436,73
Haveres Financeiros	173.789,06	187.692,18	196.138,34	127.783,34	133.150,24	138.742,55	144.569,74
(-) Restos a Pagar Processados	4.796.821,53	5.180.567,25	5.413.692,78	2.264.323,00	2.359.424,57	2.458.520,40	2.561.778,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	6.019.619,61	5.417.657,65	4.875.891,88	3.547.524,26	3.073.381,30	2.641.638,23	2.247.844,46
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	6.019.619,61	5.417.657,65	4.875.891,88	3.547.524,26	3.073.381,30	2.641.638,23	2.247.844,46
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>(b-a*)</b>	<b>(c-b)</b>	<b>(d-c)</b>	<b>(e-d)</b>	<b>(f-e)</b>	<b>(g-f)</b>	<b>(h-g)</b>
	(668.846,62)	(601.961,96)	(541.765,76)	(1.328.367,63)	(474.142,96)	(431.743,07)	(393.793,77)

- Notas:
- 1- O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal,
- \*: Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2016.



## V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.019.619,61	5.417.657,65	4.875.891,88	4.388.302,70	3.949.472,43	3.554.525,18	3.199.072,67
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outra Dívidas	6.019.619,61	5.417.657,65	4.875.891,88	4.388.302,70	3.949.472,43	3.554.525,18	3.199.072,67
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	840.778,44	876.091,13	912.886,96	951.228,21
Ativo Disponível	1.998.640,69	2.158.531,95	2.255.665,88	2.977.318,10	3.102.365,46	3.232.664,81	3.368.436,73
Haveres Financeiros	173.789,06	187.692,18	196.138,34	127.783,34	133.150,24	138.742,55	144.569,74
(-) Restos a Pagar Processados	4.796.821,53	5.180.567,25	5.413.692,78	2.264.323,00	2.359.424,57	2.458.520,40	2.561.778,26
DCL (III)=(I-II)	6.019.619,61	5.417.657,65	4.875.891,88	3.547.524,26	3.073.381,30	2.641.638,23	2.247.844,46

Nota:

1- Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida será considerado igual a zero.





Documento Assinado Digitalmente por: CLEOMATSON COELHO DE VASCONCELOS  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0f25457b-80fe-42ce-93d7-ae4485c5e459

# ANEXO III

# Riscos Fiscais



Município de Santa Filomena - PE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDENCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
	200.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>400.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>400.000,00</b>

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDENCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	Limitação de empenho e movimentação financeira	500.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
	500.000,00	Limitação de empenho e movimentação financeira	500.000,00
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.400.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.400.000,00</b>

FONTE: Secretaria de Finanças